

MODERNO DICIONÁRIO
DE
ECONOMIA

Volume 2
M - Z

“ M ”

M1: Significa moeda em poder do público + depósitos à vista nos bancos comerciais.

M2: M1 + títulos públicos.

M3: M2 + depósitos de poupança.

M4 : M3 + títulos privados (depósitos em CDB, RDB, letras).

MACROECONOMIA: Parte da **Ciência Econômica** que focaliza como um todo. Têm como objeto de estudo as relações entre os grandes agregados estatísticos: a renda nacional, o nível de emprego e dos preços; o consumo, a poupança e o investimento totais. Esse direcionamento fundamenta-se na ideia de que é possível explicar a operação da economia sem necessidade de compreender o comportamento de cada indivíduo ou empresa que dela participam. Ao detectar as forças gerais que impelem os agregados em determinada direção, a macroeconomia estabelece as chamadas forças de **ajuste ou equilíbrio** que explicam o **comportamento econômico**, caracterizando-se, de forma mecânica, como um **sistema de igualdades de equilíbrio**. É suposto que a demanda agregada de algum bem deve ser igual à oferta agregada desse mesmo bem. A **teoria macroeconômica** fornece parâmetros para a mensuração da atividade econômica geral de dado sistema e, sobretudo, simplifica o **modelo agregativo**, tornando possível a utilização de um número restrito de variáveis fundamentais. Isso porque trabalha sobre relações estatísticas estáveis entre as diversas variáveis agregadas, eliminando muitos fatores que

MACROECONOMIA

afetam o comportamento individual. Dessa maneira permite a análise e mesmo a previsão do **comportamento das economias capitalistas desenvolvidas**. Essa limitação a um tipo bem determinado de **formação econômico-social** explica-se, por um lado, pelo fato de a **análise macroeconômica** utilizar pressupostos e instrumentais referentes às **forças de mercado**, que desempenham papéis de pouca ou nenhuma importância em economias de planejamento centralizado, inspiradas no modelo soviético. Além disso, uma **análise agregativa macroeconômica exige** um instrumental estatístico bastante complexo, que os **países capitalistas subdesenvolvidos** dificilmente podem oferecer, mais ainda, esse tipo de análise supõe como dados certas condições que se apresentam como metas longínquas para muitas sociedades subdesenvolvidas, como: um grande estoque de capital; força de trabalho especializada; mercados financeiros eficientes etc. De modo geral, essas condições impuseram um relativo atraso à **elaboração de modelos macroeconômicos** em países com as características do Brasil, que a partir de 1956 dispôs de dados estatísticos mais preciosos, elaborados pela Fundação Getúlio Vargas, e que só em 1964 começou a construir modelos macroeconômicos. A **Macroeconomia** tornou-se um ramo da **Ciência Econômica** a partir de 1936, com a publicação de **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**, de Keynes. Antes dele, os economistas clássicos e Karl Marx já haviam considerado o **organismo econômico** como um todo. Keynes, porém, forneceu o modelo, a sistematização teórica, e as receitas práticas, que nas décadas seguintes inspirariam a maioria dos economistas ocidentais. Entretanto, à medida que suas falhas foram aparecendo, a **teoria macroeconômica** foi modificada, e

MACROMODELO

completada. Um grupo de economistas liderados por Milton Friedman – os monetaristas – contestaram uma Economia Keneysiana e apresentaram um a **nova teoria macroeconômica** que enfatiza o papel desempenhado pela **demanda de moeda e crédito**, opondo-se frontalmente à intervenção direta ou indireta do Estado na Economia.

MACROMODELO: Visão deliberadamente simplificada do conjunto da Economia, para fins de análise ou previsão. O primeiro **macromodelo** foi constituído em 1936 por Keynes; baseava-se nas relações de renda, com referência especial aos vazamentos e às injeções do circuito renda-consumo. O papel central desse **modelo** é desempenhado pelas decisões das famílias (consumidores) no sentido de destinarem suas rendas ao consumo ou à poupança. Quando expressa em termos exatos, a relação entre **consumo** e **renda** é denominada função-consumo. A poupança, único vazamento, aparece determinada pelo **nível de renda real** (relação função-consumo, ou também função-poupança). Admite-se que as injeções sejam independentes da renda, e o investimento, considerado como dado, é a principal injeção afetam o **modelo** da mesma maneira. Nesse **modelo básico**, a **Economia** só pode estar em equilíbrio quando os vazamentos forem iguais ao nível das injeções. O **nível da poupança** depende do **nível do produto**, portanto, o único **nível de produto** sustentável corresponde ao **nível exato de renda** para que a poupança corresponda ao investimento. Da dinâmica desse **modelo** simplificado, os economistas keynesianos chegam a algumas conclusões: o **nível do produto** é determinado a partir da **função-consumo** e do **nível de injeções**; um nível muito baixo de injeções dá origem ao desemprego; um aumento

MACROMODELO

das injeções provocará um aumento maior no produto e na renda, em virtude do chamado “efeito multiplicador”, cujo valor é igual a $1/(1-PMgC)$, onde **PMgC** constitui a propensão marginal a consumir. O **modelo keynesiano** implica na possibilidade de um governo intervir para o aumento do produto. Se o nível planejado de investimento conduzir a um **nível de produto real** inferior do da capacidade produtiva, o produto pode aumentar até o nível dessa capacidade, através de uma injeção adicional, igual à diferença entre o investimento necessário para se atingir o pleno emprego e o nível planejado de investimento real. Isso pode ser feito por meio de uma política fiscal ou do aumento do próprio investimento. No entanto, para servir aos objetivos práticos das políticas econômicas, os **macromodelos** devem ser mais complexos que os keynesianos. A função do consumo exemplo deveria ser determinada dentro do próprio modelo, e não ser apresentado como dado. Os **modelos empíricos modernos** e as **técnicas de computação** permitiram o desenvolvimento de **modelos macroeconômicos abrangentes e complexos** - todos desenvolvidos, entretanto, a partir do modelo keynesiano pioneiro. Esses modelos subdividem os agregados estatísticos e acrescentam outras variáveis ao modelo básico. Vale-se de **técnicas econométricas** para estimar as relações numéricas exatas entre as variáveis e se utilizam também de dados históricos relacionados à **Economia** de que tratam. Desse modo, fornecem previsões quantitativas sobre os resultados de políticas específicas e outros tipos de alterações econômicas. O mais simples dos **macromodelos** é o de Klein-Goldberger, que é montado a partir do **modelo macroeconômico quantitativo de Lawrence Klein**, construído em 1946 e foi desenvolvido até

MAIS-VALIA

aproximadamente 1953. O modelo Klein-Goldberger é o que mais se aproxima da estrutura básica keynesiana. Contém 16 equações estruturais, enquanto no modelo keynesiano simples a função-consumo constitui a única equação estrutural. Considera períodos de um ano, sendo por isso pouco utilizável para a maior parte das aplicações políticas. O **micromodelo** mais complexo e elaborado número de pesquisadores (entre os quais Lawrence Klein). Contém 150 relações estruturais e toma o trimestre como período básico de tempo. Apesar de sua complexidade, foi considerado inadequado para o tratamento dos aspectos monetários. Por isso, seus críticos criaram o modelo **Federal Research Board – MIT**, que contém mais detalhes monetários, embora recorra a apenas 70 relações estruturais. Outro **modelo macroeconômico – o de Warton**, foi construído com o objetivo de servir a previsões econômicas gerais para estudo de políticas. Possui 47 relações estruturais e seu período-base de tempo é o trimestre.

MAIS-VALIA: Conceito de Economia Política criado por Karl Marx a partir da teoria do valor de Adam Smith e David Ricardo. Considerando que o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário, em que o operário cria um valor equivalente ao do gasto de sua força de trabalho durante a jornada total, valor que é apropriado pelo **capitalista** sem retribuição e constitui, por isso, um sobrevalor ou mais-valia. A mais-valia é a substância do excedente que, na prática da reprodução e circulação do capital, adquire as formas do lucro (industrial e comercial), do juro e da renda da terra. Assim, em macroeconomia, a mais-valia total

MANUAL DE NORMAS E INSTRUÇÕES

criada em dado período equivale à somatória dos lucros, juros e rendas fundiárias ganhas pelo capitalistas e donos da terra nesse período. Enquanto a taxa de lucro, que é a relação entre o lucro e o capital, define a rentabilidade do capital, a taxa de mais-valia – relação de mais-valia e o salário – define o grau de exploração da força de trabalho. Mantendo-se uniformes e inalterados os salários reais, a taxa de mais-valia tende a elevar-se com o aumento da jornada ou da intensidade do trabalho (gerando mais-valia absoluta) ou com o aumento da produtividade do trabalho (mais-valia relativa).

MANUAL DE NORMAS E INSTRUÇÕES (MNI): O manual foi preparado e editado pelo Banco Central, e estabelece entre outras, as normas operacionais de todas as instituições financeiras. No agrupamento das instituições financeiras, os bancos comerciais, por suas múltiplas funções, constituem a base do sistema monetário e, devido aos serviços prestados, é, sem dúvida, a mais conhecida das instituições financeiras. Os agrupamentos das instituições financeiras, segundo suas funções de crédito são: **a) Instituições de Crédito de Médio em Curto Prazo** – Bancos Comerciais; Caixa Econômica, Bancos Cooperativos e Cooperativas de Crédito; Bancos Múltiplos com Carteira Comercial; **b) Instituições de Crédito de Médio e Longo Prazos** – Bancos de Desenvolvimento; Bancos de Investimento; Caixa Econômica; Bancos Múltiplos com Carteira Comercial de Investimento e Desenvolvimento; **c) Instituições de Crédito para Financiamento de Bens de Consumo Duráveis** – Sociedades de Crédito, Financiamento, Investimento (Financeiras); Caixa Econômica; Bancos Múltiplos com Carteira de Aceite; **d) Sistema Financeiro da Habitação** – Caixa

MANUFATURAS

Econômica; Associações de Poupança e Empréstimo, Sociedades de Crédito Imobiliário, Companhias Hipotecárias, Bancos Múltiplos com Carteira Imobiliária; e) **Instituições de Intermediação no Mercado de Capitais** – Sociedades Corretoras (CCVM); Sociedades Distribuidoras (DTVM); Bancos de Investimento; Bancos Múltiplos com Carteira de Investimento; Agentes Autônomos de Investimento; f) **Instituições de Seguros no Mercado de Capitais** – Seguradoras; Corretoras de Seguros; Entidades Abertas de Previdência Privada; Sociedades Fechadas de Previdência Privada; Sociedades de Capitalização; g) **Instituições de Arrendamento Mercantil (Leasing)** – Sociedades de Arrendamento Mercantil; Bancos Múltiplos com Carteira de Arredamento Mercantil.

MANUFATURAS: Estabelecimento fabril em que a técnica de produção é artesanal, mas o trabalho é desempenhado por grande número de operários sob a direção de um empresário. No processo manufatureiro vigora a divisão do trabalho, pela qual cada operário, utilizando instrumentos individuais, realiza uma operação parcial. Assim, a qualidade da produção depende fundamentalmente da habilidade manual do operário, pois não há ainda o emprego de máquinas. A manufatura sucedeu o artesanato, como forma de produção e organização do trabalho, sendo substituída pela produção industrial mecanizada. Surgiu por volta do século XIV em alguns centros urbanos da Itália e Inglaterra, e atingiu o apogeu nos séculos XVII-XVIII, preparando as condições materiais e técnicas para o advento da Revolução Industrial.

MÃO DE OBRA

MÃO DE OBRA: Tradicionalmente, esse termo designa o trabalho manual empregado na produção industrial e também na construção civil, correspondendo, portanto à parte do fator trabalho diretamente ligado à produção de bens. Com a complexidade e diversificação das formas de trabalho tornou-se mais difícil uma rígida classificação do trabalho com base apenas em sua relação direta com o processo produtivo. Entre as classificações que procuram dar conta dessa diversidade está a que distingue a mão de obra direta, a indireta, a especializada e a não especializada. A mão de obra direta compreende o trabalho empregado diretamente na fabricação de um produto ou na prestação de um serviço. A mão de obra indireta lida com a manutenção e o conserto de máquinas e equipamentos trabalha de supervisão ou chefia num departamento fabril, por exemplo. Corresponde às funções do técnico e do engenheiro de produção; A mão de obra especializada faz o trabalho que demanda um longo aprendizado ou treinamento, exigindo certo grau de instrução e podendo estar direta ou indiretamente ligada à produção. Corresponde a funções como torneiro mecânico, fresador, secretária, eletrotécnico etc.; A mão de obra semiespecializada dispensa escolaridade, mas requer um aprendizado, que ocorre na prática. São funções como as do pintor, carpinteiro, estucador, pintor de paredes etc.; A mão de obra não especializada não exige nenhum conhecimento teórico e seu treinamento prático ocorre em nível muito inferior. Está ligada a funções como as de ajudante, faxineiro, trabalhos domésticos etc.

MÃO INVISÍVEL: É à base do pensamento liberal da **Escola Clássica**: são milhões de consumidores e milhares de empresas, sozinhos, como se fossem guiados por uma “mão invisível”,

MARGEM LÍQUIDA

encontram a posição de equilíbrio nos vários mercados, sem a intervenção do Estado, é o chamado **Laissez-faire**.

MAPA DE PRODUÇÃO: É o conjunto de isoquantas.

MARCA REGISTRADA: Sinal distintivo (palavra, letra, desenho, emblema) utilizado para individualizar um produto. É registrado no órgão competente para assegurar seu uso exclusivo por determinada empresa.

MARCHA PARA O AMADURECIMENTO: É a etapa do processo de crescimento onde a moderna tecnologia se estende de setores líderes, que impulsionaram o arranco, para outros setores.

MARGEM: Parte do valor de uma **operação a termo**, efetuada em Bolsa de Valores, que o comprador deposita como garantia de liquidação do negócio no prazo estipulado. O depósito pode ser feito em dinheiro ou em títulos determinados pela direção da Bolsa de valores. Nas Bolsas de Valores de mercadorias, é um percentual em dinheiro depositado pelos contratantes como garantia contra possível oscilação de preços. Em outra definição, é o montante, fixado pela Bolsas de Valores ou caixa de registro e liquidação, a ser depositado em dinheiro, títulos ou valores mobiliários, pelo cliente que efetua uma compra ou uma venda a termo ou a futuro, ou um lançamento a descoberto de opções.

MARGEM LÍQUIDA: Porcentagem de lucro líquido em relação ao total de faturamento. É a diferença entre o faturamento total e os custos diretos e indiretos necessários para